

Data: 11/01/2025

Matéria: Governo estuda quitar rombo milionário de Itaipu com conta de energia mais cara ao brasileiro

Veículo: Jornal da Manhã – Marília

NOSSO BOLSO!

Governo estuda quitar rombo milionário de Itaipu com conta de energia mais cara ao brasileiro

O saldo negativo de R\$ 333 milhões na conta da Itaipu Binacional em 2024 pode impactar a tarifa de energia elétrica e chegar até o bolso do consumidor brasileiro. No último dia 10 de dezembro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) apresentaram "medidas adicionais necessárias" com o objetivo de manter "a tarifa de repasse no patamar vigente, sem ônus adicional ao consumidor brasileiro."

Em novembro, um ofício da ENBPar solicitou a discussão de uma possível alteração do artigo 15 do Decreto nº 11.027/2022, que trata da destinação do resultado da conta de comercialização de Itaipu. A proposta é criar uma conta de reserva para suprir possíveis saldos negativos antes da distribuição de bônus, o que pode aumentar a conta do consumidor brasileiro para cobrir o rombo milionário na binacional.

Segundo a empresa, os saldos positivos da conta de Itaipu nos anos de 2020 e 2021 recompuseram aproximadamente R\$ 1,3 bilhão no exercício de 2024, no entanto, a Aneel esclareceu que os valores devem "ser exclusivamente destinados ao pagamento do bônus de Itaipu em 2025, não sendo permitida sua utilização para cobrir eventuais insuficiências financeiras".

O artigo 15 do decreto que regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional - que pode ser alterado - afirma que se o saldo da conta for positivo, o resultado será destinado para "rateio proporcional ao consumo individual e crédito de bônus", nas contas de energia dos consumidores do "Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, cujo consumo mensal seja inferior a

350 kWh". Se negativo, o prejuízo é incorporado pela Aneel no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano seguinte.

A Aneel afirma que uma das possibilidades é o aumento do aporte financeiro aprovado pela Itaipu Binacional, atualmente em US\$ 293,8 milhões, "de modo a abranger os custos adicionais, relativos à cessão de energia e ao saldo negativo da conta de comercialização".

Em entrevista em dezembro o **presidente do instituto Acende Brasil, Claudio Sales**, declarou que o cenário é resultado da atual política do governo federal que direciona os recursos da Itaipu Binacional para uma série de eventos controversos sob a alegação de levar a rubrica de "custos socioambientais". Em dois anos, a gestão petista de Itaipu destinou recursos para patrocinar eventos como o Janjapalooza e uma palestra na Universidade de São Paulo (USP) com críticas à operação Lava Jato. Além disso, Belém (PA) recebeu R\$ 1,3 bilhão para obras de preparação para receber a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), no final de 2025.

"Agora, a decisão está com o governo. Ou aumenta a tarifa e passa a cobrar mais dos consumidores ou aumenta o cashback, que foi de US\$ 301 milhões em 2024 e está previsto para US\$ 293,8 milhões para compensação. Aumentar o cashback significa diminuir os gastos absurdos que o Brasil faz com esse orçamento paralelo", aponta o presidente da **Acende Brasil**.

Ele usa a expressão cashback pelo fato de o aporte financeiro ser proveniente do próprio caixa da Itaipu Binacional, o que na avaliação dele deveria destinar os recursos exclusivamente para fornecimento de energia de qualidade com preço mais acessível ao consumidor. Como medida temporária, a Aneel prorrogou a tarifa vigente de repasse de

Itaipu no valor de US\$ 17,66/kW mês até 28 de fevereiro.

A diretoria de Itaipu respondeu que vai realizar aportes para compensar a diferença de tarifa junto à ENBPar e prometeu disponibilidade orçamentária para a compensação nos anos de 2025 e 2026.

Em ofício enviado à Aneel, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu o repasse do "bônus" referente ao saldo positivo de Itaipu nos anos de 2020 e 2021 para segurar o preço da conta de energia elétrica do consumidor brasileiro. A principal preocupação do ministro do governo Lula é o impacto do setor na inflação. "O valor do repasse, superior a R\$ 1,3 bilhão, representa recurso importante que pode ser destinado à modicidade tarifária dos consumidores de energia elétrica com reflexo na capacidade de pagamento das famílias e no controle da inflação", afirma no ofício assinado no final de novembro.

A ENBPar justifica que o déficit na conta de comercialização de Itaipu ocorreu em "função da escassez hidrológica, e do congelamento da tarifa de repasse para as Distribuidoras Cotistas para os anos de 2024 a 2026". No entanto, Silveira respondeu que "houve configuração do período úmido, com melhora no nível de armazenamento dos reservatórios, em especial nas regiões Sudeste e Centro Oeste, que congregam 70% da capacidade de armazenagem de energia do país" e solicitou "avaliação criteriosa" na homologação da bandeira tarifária para os próximos meses.

"Valores, ou mesmo acionamentos, inadequados possuem repercussão na inflação do País, considerando o aumento tarifário proporcionado pela sua aplicação. A título de exemplo, em outubro de 2024, o subitem que mais influenciou a inflação foi a energia elétrica, dentro do grupo "habitação", com contribuição de 0,20% na inflação total medida de 0,56%", aponta o ministro.